RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 26 de Novembro de 2026

Comissão de Orçamento aprova LDO 2027 com emendas de vereadores em Cuiabá

Câmara Municipal analisa diretrizes orçamentárias para próximo exercício e delibera sobre propostas de parlamentares

A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) da Câmara Municipal de Cuiabá realizou sua quarta sessão ordinária nesta terça-feira (25) para examinar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. No encontro, foram apreciadas tanto a proposta encaminhada pelo Executivo Municipal quanto as emendas legislativas apresentadas por membros do legislativo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias funciona como instrumento de planejamento que define as metas e prioridades da administração para o exercício subsequente. Este documento serve como base norteadora para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), responsável por estimar as receitas e fixar as despesas do município para aquele período.

O vereador Ilde Taques (Podemos), presidente da comissão, e o vereador Alex Rodrigues (Podemos), membro titular, conduziram os trabalhos. O projeto de lei originário do Poder Executivo recebeu aprovação unânime, contabilizando dois votos positivos.

Paralelamente, foram submetidas à avaliação diversas emendas legislativas, tanto aditivas quanto modificativas, apresentadas por diferentes vereadores. Os resultados das votações foram os seguintes:

Emendas Aprovadas:

A Emenda nº 012/2026, proposta pela vereadora Maria Avalone, que visa adicionar dispositivos ao projeto da LDO, obteve aprovação. A Emenda nº 017/2026, de autoria do vereador Ilde Taques, que pretende modificar o texto original, foi aprovada com dois votos a favor. A Emenda nº 018/2026, também do vereador Ilde Taques, que inclui novos artigos ao projeto, recebeu aprovação com dois votos favoráveis.

Emendas Rejeitadas:

A Emenda nº 014/2026, apresentada pelo vereador Rafael Ranalli, que buscava alterações no projeto, foi rejeitada pelos dois membros votantes. A Emenda nº 015/2026, de propositura da vereadora Baixinha Giraldelli, que tratava da garantia de execução e priorização de emendas parlamentares impositivas e restos a pagar referentes a 2026, também foi rejeitada. A Emenda nº 016/2026, do vereador Dídimo Vovô, direcionada ao artigo 5º do projeto, foi rejeitada com dois votos contrários.

Concluída a análise na comissão, o projeto seguirá os procedimentos requeridos pelas normas internas da Casa Legislativa e será encaminhado para discussão e votação em Plenário, onde todos os vereadores poderão se manifestar sobre a matéria.